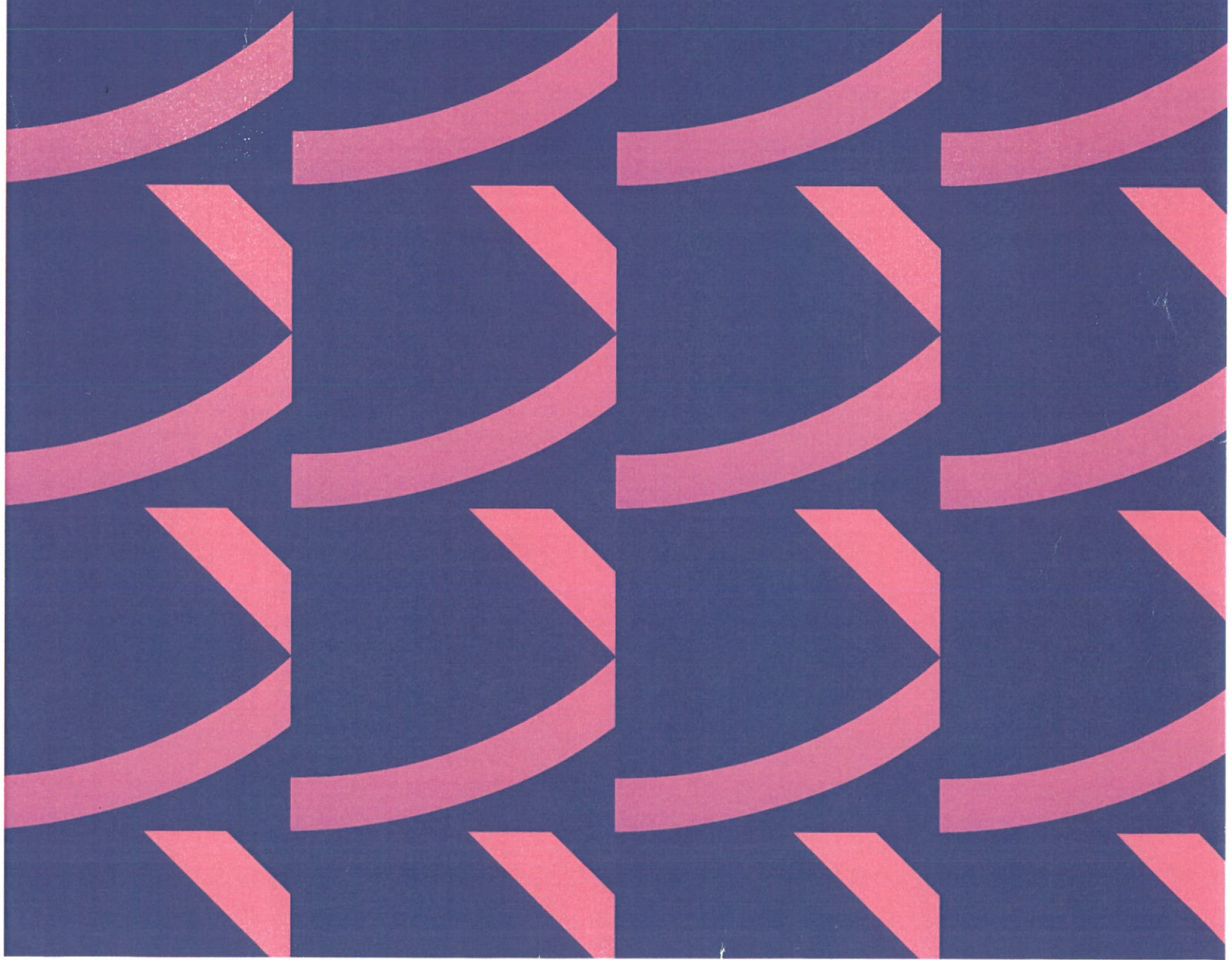




VILA FLOR
TERRA DE ALMA E COR

[Handwritten signature]
CS
[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022





Índice

Introdução	2
CAPITULO I – Organização Municipal e Recursos Humanos	3
CAPITULO II – <i>Reporting</i> Económico-Financeiro	6
Análise da Execução Orçamental.....	7
Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	7
Orçamento da Receita.....	8
Receitas Correntes	8
Receitas Capital.....	9
Orçamento da Despesa	10
Despesas Correntes	10
Despesas Capital	11
Equilíbrio Orçamental	11
Análise da Situação Económico-Financeira	13
Balanço	14
Demonstração de Resultados	16
Indicadores Económico-financeiros	18
Limites Legais	19
Limite de Endividamento	19
Proposta para Aplicação de Resultados	21
CAPITULO III – <i>Reporting</i> de Atividades	21
UNIDADE ADMINISTRATIVA E QUALIDADE	21
UNIDADE SOCIAL, DESPORTO E CULTURA	28
UNIDADE URBANISMO E OBRAS.....	30
Considerações Finais.....	34

Introdução

As contas anuais devem dar uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira, bem como dos resultados da autarquia.

Esta imagem das Demonstrações Financeiras, é conseguida, desde que na sua elaboração sejam observados determinados conceitos, princípios e normas contabilísticas e que tenham determinadas características qualitativas que vão permitir que a informação financeira por elas fornecida seja compreensível pelos seus utentes, nomeadamente:

- Relevância
- Fiabilidade
- Comparabilidade

A RELEVÂNCIA é entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao ajudá-los a avaliar o passado, o presente e o futuro da autarquia, ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações.

A FIABILIDADE é a qualidade que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, ao mostrar apropriadamente o que tem por finalidade apresentar (associada ao princípio da substância sobre a forma).

A COMPARABILIDADE é conseguida através de políticas contabilísticas aplicadas de uma forma consistente (ligada ao princípio da consistência ou da uniformidade).

Volvidos 23 anos desde a aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232, de 3 de setembro, e dos planos setoriais para determinados setores da Administração Pública, tais como o POCAL (autarquias locais), o POC-educação (setor da educação), o POC-MS (entidades do Ministério da Saúde) e o POCISS (instituições de segurança e solidariedade social), e considerando o movimento global a que se tem assistido nos últimos anos com vista à harmonização internacional da contabilidade pública em todos os subsectores da Administração Pública que resultou na publicação das IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*), pela *International Federation of Accountants* (IFAC), em 2015 foi publicado o SNC-AP, pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A normalização contabilística para o setor público encontrava-se desatualizada, fragmentada e inconsistente.

Em virtude da necessidade de comparabilidade da informação financeira das entidades públicas, dos diferentes países europeus, tornou-se essencial adotar as IPSAS, do *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).

Para colmatar esta situação o Governo decidiu, em 2012, através do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, incumbir a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) de elaborar um novo sistema contabilístico para as administrações públicas, que seja consistente com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aplicável ao setor empresarial, e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS).

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior normativo.

Esta reforma da contabilidade pública, cujas bases conceptuais e de referência são a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, e o SNC-AP.

Os objetivos do SNC-AP são ambiciosos e pretende desde logo uma maior harmonização das contas públicas e ao aumento da qualidade do relato orçamental e financeiro apresentado pelas entidades públicas de acordo com parâmetros internacionais.

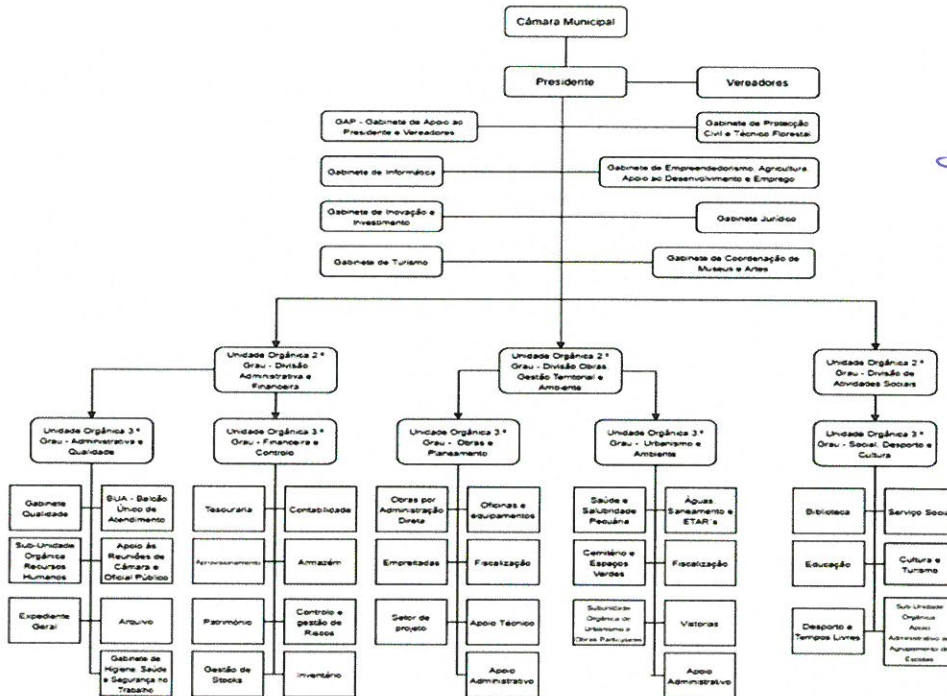
De realçar, que o Executivo Municipal prosseguiu uma linha estratégica que contemplou a realização de investimentos necessários ao desenvolvimento económico e social do Concelho e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e, simultaneamente, o esforço de contenção e de racionalização dos custos da estrutura municipal.

O presente relatório divide-se em três grandes capítulos: Recursos Humanos, *reporting* financeiro e *reporting* de atividades. Analisa não só a execução do Orçamento do Município em 2022, como relata a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

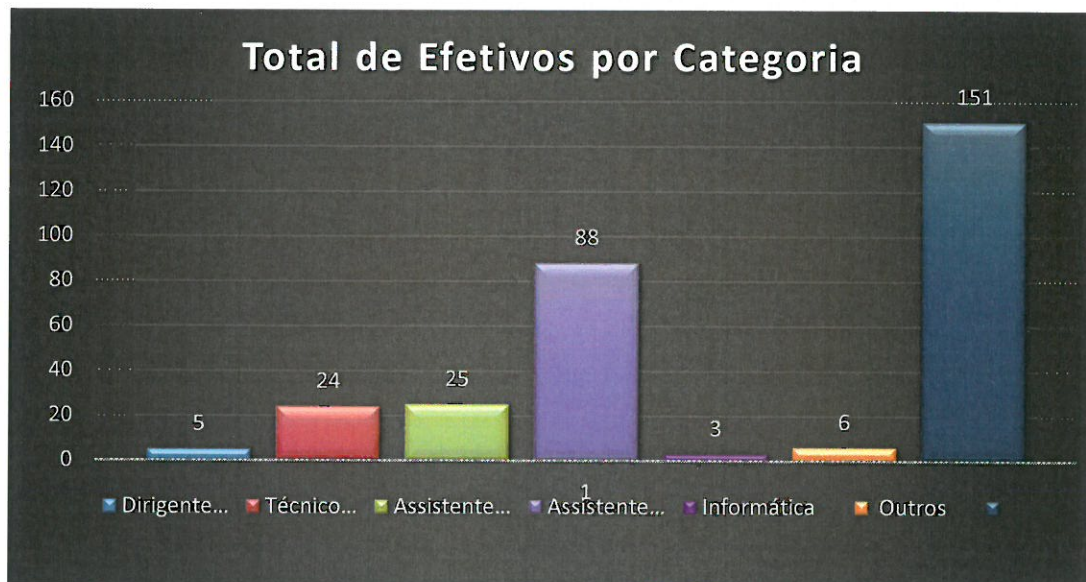
CAPITULO I – Organização Municipal e Recursos Humanos

O Município de Vila Flor, em 31 de dezembro de 2022, apresentava a seguinte organização:

Handwritten signatures and initials in blue ink.



O Município de Vila Flor, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas em 31 de dezembro de 2022, contava com 151 trabalhadores, distribuídos assim pelas diferentes carreiras e categorias profissionais:



A distribuição dos efetivos por categoria, dos trabalhadores do Município de Vila Flor, prende-se pela sua maioria por Assistentes Operacionais correspondendo a 88 efetivos num universo de 151, denotando-se alguma debilidade nos Assistentes técnicos, havendo apenas 25 em comparação com os 24 Técnicos Superiores.

Ainda na área dos Recursos Humanos, em 2022, o Município de Vila Flor enquadrou 2 estágios no âmbito do PEPAL (estágio Profissionais na administração local).

A taxa de absentismo em 2022 situou-se nos 6,82%, sendo as mulheres a ter uma taxa de absentismo superior à dos homens, respetivamente 7,34% contra 6,20%.

Indicadores estatísticos	Fórmula	
Taxa de absentismo	TA (%) = 6,82%	Nº de dias de ausências/ (nº de dias trabalháveis x total de efetivos)
Taxa de absentismo masculino	TAM (%) = 6,20%	Nº de dias de ausências M/ (nº de dias trabalháveis x total de efetivos M)
Taxa de absentismo feminino	TAF (%) = 7,34%	Nº de dias de ausências F/ (nº de dias trabalháveis x total de efetivos F)
Valor médio real de ausência	VMRA = 38,55	Nº de dias de ausência + férias/ total de efetivos

Relativamente a despesas anuais com formação profissional foram apurados os seguintes valores:

Ações de formação	Valor em euros
Interna	- €
Externa	11 747,55 €
Total	11 747,55 €

Indicadores estatísticos	Fórmula	
Custo por ação de formação	CAF(%)= 1067,96 €	Custo com ações de formação / total de formações
Custo por participante	CAP(%)= 734,22 €	Custo com ações de formação/ nº de participantes
Custo de formação por efetivo	CAFE(%)= 77,80 €	Custo com ações de formação / total de efetivos

Existiam ainda 14 trabalhadores sindicalizados no Município durante o ano de 2022.

No total de trabalhadores: aproximadamente 46% dos trabalhadores são do sexo Masculino e 54% do sexo Feminino, havendo uma redução na diferença de género de 1% comparativamente a 2021;

A idade média dos trabalhadores situa-se nos 49 anos de idade havendo uma taxa de envelhecimento estabelecida nos 40%;

O 12º ano de escolaridade é o nível habilitacional mais representativo encontrando-se 54 efetivos nesse nível;

Foram prestadas 5.650,05 horas de trabalho noturno, normal e extraordinário;

Foram ministradas 538 horas de formação profissional, totalizando uma despesa de 11.747,55€;

A média salarial é de 1.000,25 €.

Neste momento estão a decorrer procedimentos concursais para a celebração de contratos de trabalho para o exercício de funções públicas com um contrato por tempo indeterminado assim distribuídos:

Técnicos Superiores - 6 assim distribuídos:

- 1 Licenciatura em Engenharia Civil;
- 1 Licenciatura em Engenharia do Ambiente;
- 1 Licenciatura em Engenharia agrícola e ou agronomia;
- 1 Licenciatura em Turismo;
- 1 Licenciatura em Enfermagem;
- 1 Licenciatura em área Nutrição.

Assistentes Técnicos – 1 (área de organização de eventos e/ou Turismo)

Assistentes Operacionais – 8, assim distribuídos:

- 2 Na área de canalizador;
- 3 Na área de serviços gerais para exercício de funções no Agrupamento de Escolas de Vila Flor;
- 1 Jardineiro(a);
- 1 Cozinheiro(a);
- 1 Auxiliar de cozinha.

CAPITULO II – Reporting Económico-Financeiro

Análise da Execução Orçamental

A atividade desenvolvida ao longo do exercício de 2022, tendo em conta as alterações orçamentais efetuadas, correspondeu, relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes), ao seguinte desempenho:

- A taxa de realização do orçamento foi de 81,51 %, a que corresponde um montante de despesa realizada de 10.514.566,68 €;
- A taxa de realização das Grandes Opções do Plano que englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR), foi de 70,16 % correspondendo a despesa de 3.470.651,82 €.

Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O quadro a seguir sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI.

Programa	Montante Previsto	Executado	Taxa de Execução
Educação	82 100,00 €	62 944,89 €	77%
Cultura, Desporto e Tempos Livres	421 700,00 €	288 600,29 €	68%
Ação Social	65 000,00 €	0,00 €	0%
Habitação e Urbanismo	546 800,00 €	389 554,42 €	71%
Saneamento e Salubridade	171 200,00 €	83 854,42 €	49%
Proteção Civil	204 000,00 €	194 566,74 €	95%
Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público	1 200 500,00 €	699 371,23 €	58%
Comunicações e Transportes	255 000,00 €	122 203,93 €	48%
Defesa do Meio Ambiente	124 500,00 €	47 102,21 €	38%
Reestruturação de Instalações e Modernização de Equipamento	730 500,00 €	547 610,30 €	75%
Outras Despesas	107 000,00 €	70 663,24 €	66%
TOTAL	3 908 300,00 €	2 506 471,67 €	64%

O desempenho global situou-se nos 64 % da dotação total, com uma despesa correspondente na ordem dos 2,51 milhões de euros.

Os objetivos onde se verificaram maior investimento foram Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, Reestruturação de Instalações e Modernização de Equipamento e Habitação e Urbanismo, com uma taxa de execução em relação ao montante previsto de 58%, 75% e 71% respetivamente.

O quadro seguinte demonstra a comparação da execução do PPI, entre os anos de 2020-2022.

Programa	2020	2021	2022
Educação	154 524,53 €	94 139,65 €	62 944,89 €
Cultura, Desporto e Tempos Livres	316 756,84 €	643 327,77 €	288 600,29 €
Ação Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Habitação e Urbanismo	874 148,98 €	674 508,91 €	389 554,42 €
Saneamento e Salubridade	413 935,99 €	33 877,32 €	83 854,42 €
Proteção Civil	0,00 €	0,00 €	194 566,74 €
Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público	1 018 473,97 €	311 441,29 €	699 371,23 €
Comunicações e Transportes	39 490,73 €	466 836,18 €	122 203,93 €
Defesa do Meio Ambiente	104 184,22 €	96 242,20 €	47 102,21 €
Reestruturação de Instalações e Modernização de Equipamento	534 496,40 €	360 768,54 €	547 610,30 €
Outras Despesas	1 845,00 €	11 408,65 €	70 663,24 €
TOTAL EXECUTADO	3 457 856,66 €	2 692 550,51 €	2 506 471,67 €
TOTAL PREVISTO	4 378 200,00 €	4 138 700,00 €	3 908 300,00 €

Da sua análise depreende-se que o investimento executado diminuiu 186.078,84 € em relação a 2021, que equivale a um decréscimo de 6,91 %, a uma redução, comparativamente a 2020, de 27,52%.

Orçamento da Receita

Receitas Correntes

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia.

Receitas	Dotação Corrigida	Execução	Peso da Rubrica	Taxa de Execução
Correntes	9 417 201,00 €	8 635 012,22 €	77,50%	92%
Capital	2 877 799,00 €	1 906 007,01 €	17,11%	66%
Outras Receitas	605 000,00 €	601 007,63 €	5,39%	99%
Total Geral	12 900 000,00 €	11 142 026,86 €	100,00%	86,37%

A cobrança foi inferior à dotação corrigida em 13,63 %. Os cerca de 11,14 milhões de euros arrecadados representam a base de financiamento do conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da Autarquia.

Como se pode observar do quadro abaixo, as receitas mais relevantes advêm das Transferências e Subsídios Correntes da Administração Central - Orçamento de Estado (FEF, FSM, participação variável no IRS, etc), Impostos Diretos e Venda de Bens e Serviços.

RECEITAS CORRENTES	2020	2021	2022
Impostos Diretos	636 642,63 €	704 857,78 €	789 296,77 €
Impostos Indiretos	2 641,07 €	1 742,57 €	2 657,20 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	30 995,03 €	37 163,14 €	47 004,93 €
Rendimentos de Propriedade	297 872,50 €	295 915,76 €	305 118,59 €
Transferências e Subsídios Correntes	6 364 288,91 €	6 822 417,55 €	6 939 568,70 €
Vendas de Bens e Serviços Correntes	460 003,32 €	537 731,85 €	550 352,44 €
Outras Receitas Correntes	339 798,81 €	19 933,52 €	1 013,59 €
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	8 132 242,27 €	8 419 762,17 €	8 635 012,22 €

De salientar que as receitas correntes tiveram um acréscimo relativamente a 2021 de 215.250,05 €.

Receitas Capital

Em relação às receitas de capital, o Município continua, inevitavelmente, muito dependente das transferências de terceiros.

Como se pode constatar, as Transferências de Capital representam a quase a totalidade da Receita de Capital.

RECEITAS DE CAPITAL	2020	2021	2022
Venda de Bens de Investimento	20 210,00 €	48 730,00 €	57 553,09 €
Transferências de Capital	3 105 936,88 €	1 996 996,19 €	1 848 453,92 €
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Receitas de Capital	34 380,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	3 160 526,88 €	2 045 726,19 €	1 906 007,01 €

Destas transferências a rondar os 1,91 milhões de euros, cerca de 1,04 milhões de euros referem-se a financiamentos comunitários e 805.103 € dizem respeito ao FEF de Capital (inclui a participação de acordo com o art. 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

Orçamento da Despesa

Despesas Correntes

As despesas correntes pagas, com uma execução de 81,51 %, em relação à dotação corrigida, representam cerca de 10,5 milhões de euros.

Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Peso da Rubrica	Taxa de Execução
Correntes	8 712 900,00 €	7 758 338,35 €	73,79%	89%
Capital	4 187 100,00 €	2 756 228,33 €	26,21%	66%
Total Geral	12 900 000,00 €	10 514 566,68 €	100,00%	81,51%

Na sua composição é notório o peso da rubrica Despesas com Pessoal e a de Aquisição de Bens e Serviços. Estas rubricas representam 77 % da despesa total.

DESPESAS CORRENTES	2020	2021	2022
Despesas com o Pessoal	3 094 051,41 €	3 413 066,13 €	3 265 342,16 €
Aquisição de Bens e Serviços	2 256 828,83 €	2 210 992,36 €	2 708 571,35 €
Juros e Outros Encargos	4 232,90 €	18 425,37 €	1 204,98 €
Transferências Correntes	1 042 856,65 €	1 421 961,28 €	1 763 206,63 €
Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Despesas Correntes	37 678,25 €	91 041,48 €	20 013,23 €
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6 435 648,04 €	7 155 486,62 €	7 758 338,35 €

Na análise da evolução entre 2020 a 2022 constata-se uma subida da despesa corrente, de 2020 para 2022, na ordem dos 20,55 %, e de 8,43 % de 2021 para 2022.

Despesas Capital

As despesas de capital pagas, com uma execução de 66 %, cerca de 2,8 milhões de euros, representam o investimento que o Município realiza com os diversos projetos que constam no Plano Plurianual de Investimentos.

DESPESAS DE CAPITAL	2020	2021	2022
Aquisição de Bens de Capital	3 457 856,66 €	2 692 550,51 €	2 506 471,67 €
Transferências de Capital	114 492,43 €	169 060,17 €	131 868,55 €
Ativos Financeiros	7 856,24 €	0,00 €	0,00 €
Passivos Financeiros	200 408,11 €	200 612,34 €	117 888,11 €
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	3 780 613,44 €	3 062 223,02 €	2 756 228,33 €

Estas despesas são totalmente absorvidas pela Aquisição de Bens de Capital, que representa 91% do total.

Equilíbrio Orçamental

Assim, neste exercício económico registaram-se os seguintes valores:

	Valor
Receitas Correntes	8 635 012,22 €
Despesas Correntes	7 758 338,35 €
Diferença	876 673,87 €
Receitas de Capital	1 906 007,01 €
Despesas de Capital	2 756 228,33 €
Diferença	-850 221,32 €

Deste resumo conclui-se que as receitas correntes foram superiores às despesas da mesma natureza em 876.673,87 € (poupança corrente).

No lado do capital, as despesas foram superiores às receitas em 850.221,32 €.

No artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio Orçamental”, prevê-se o seguinte:

“1. Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão de capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.”

Por sua vez, no artigo 83.º do mesmo diploma legal, integrado no Título V, intitulado de “Disposições finais e transitórias”, prevê-se, ainda, relativamente ao equilíbrio orçamental, que:

“Para efeitos do n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de vida útil remanescente do contrato.”

Face ao disposto, foram calculadas as amortizações médias de empréstimos da seguinte forma:

Empréstimo	Montante Contratado	Montante em Dívida em 31/12/2013	Anos Vida Útil em 2013	Amortização Média de Empréstimo
Construção de 30 Habitações Sociais em Vila Flor	463.612,69 €	229.460,93 €	9	25.495,66 €
Aquisição de Edifício - Centro de Arte de Graça Morais	268.103,87 €	143.865,19 €	9	15.985,02 €
Estádio Municipal de Vila Flor	968.755,00 €	718.516,72 €	13	55.270,52 €
Loteamento da Quinta dos Lagares	1.446.514,00 €	683.076,14 €	9	75.897,35 €
TOTAL				172.648,55 €

Uma vez que a receita corrente se cifrou em 8.635.012,22 € e a soma da despesa corrente (7.758.338,35 €) com as amortizações médias de empréstimo (172.648,55 €) totalizou 7.930.986,90 €, verificou-se que o Município cumpriu a regra de equilíbrio orçamental, tendo um excedente de 704.025,32 €.

Análise da Situação Económico-Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passa, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP).

A análise económica e financeira sintetiza os resultados e a situação patrimonial do Município de Vila Flor em 31 de dezembro de 2022.

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e as Demonstrações de Resultados espelham a situação do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A atividade de um município tem aspetos muito particulares, bem distintos da atividade de uma qualquer empresa. De facto, enquanto estas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo final da maximização do lucro, boa parte da atividade dos municípios está concentrada, não na produção de bens ou serviços, mas na construção/aquisição de imobilizado, com o fim último de contribuir para a satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma para o aumento do bem-estar público

A análise financeira far-se-á utilizando os seguintes elementos:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Rácios

Balanço

O balanço, é uma ferramenta de gestão, que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, traduzindo os seus direitos e obrigações.

Em 2022 o ativo do Município de Vila Flor atingiu os 46,36 milhões de euros, o que significa um aumento de 1,22 milhões de euros face ao ano anterior (2,71 %).

De seguida faz-se uma análise faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Componentes do Ativo	2022	2021	Δ 2022/2021
Ativos fixos tangíveis	39 214 758,94 €	38 153 643,60 €	2,78%
Propriedades de Investimento			
Ativos intangíveis	122 550,31 €	72 927,52 €	68,04%
Participações financeiras	2 230 865,50 €	2 185 960,27 €	2,05%
Ativo não corrente	41 568 174,75 €	40 412 531,39 €	2,86%
Inventários	77 274,30 €	85 374,30 €	-9,49%
Devedores p/transferências e subsídios não reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes	62 055,48 €	50 999,30 €	21,68%
Estados e outros entes públicos	125 372,13 €	114 292,03 €	9,69%
Outras contas a receber	271 586,58 €	266 034,33 €	2,09%
Diferimentos	19 257,57 €	35 968,08 €	-46,46%
Caixa e depósitos	4 238 638,99 €	4 173 255,97 €	1,57%
Ativo corrente	4 794 185,05 €	4 725 924,01 €	1,44%
Ativo Total	46 362 359,80 €	45 138 455,40 €	2,71%

Os ativos fixos tangíveis representam 85% do total do ativo e registaram uma subida de 1,06 milhões de euros. Este aumento deve-se sobretudo a obras e bens adquiridos, com o Município a manter uma política de forte investimento público.

As dívidas de terceiros representam 0,99 % do ativo e tiveram um aumento de 28 mil euros, devido ao incremento de IVA a receber da Autoridade Tributária.

Os diferimentos ascendem a 19 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se uma diminuição relativamente ao ano anterior.

Quanto às disponibilidades, é de salientar o aumento de 4,17 milhões de euros em 2021 para 4,24 milhões de euros em 2022. Este incremento deve-se ao aumento da receita em verbas oriunda de financiamentos comunitários.

Em relação ao passivo, o Município fechou o ano com 2,47 milhões de euros, sendo constituído em 46 % por passivo não corrente e em 54 % por passivo corrente.

De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Componentes do Passivo	2022	2021	Δ 2022/2021
Provisões	31 972,01 €	31 972,01 €	0,00%
Financiamentos Obtidos	168 218,37 €	221 574,31 €	-24,08%
Outras contas a pagar	927 398,17 €	890 531,99 €	4,14%
Passivo não corrente	1 127 588,55 €	1 144 078,31 €	-1,44%
Fornecedores	619 585,51 €	284 427,44 €	117,84%
Estados e outros entes públicos	38 073,49 €	57 419,57 €	-33,69%
Financiamentos Obtidos	53 488,15 €	118 020,32 €	-54,68%
Fornecedores de investimentos	558,80 €	46 622,25 €	-98,80%
Outras contas a pagar	628 441,55 €	579 170,05 €	8,51%
Passivo corrente	1 340 147,50 €	1 085 659,63 €	23,44%
Passivo Total	2 467 736,05 €	2 229 737,94 €	10,67%

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação positiva de 10,67%, que resulta, essencialmente, do aumento da dívida a fornecedores (117.84 %) e das outras contas a pagar (4,14 % no passivo não corrente e 8.51 % no passivo corrente). As rubricas estado e outros entes públicos, fornecedores de investimentos e financiamentos obtidos, tiveram uma diminuição de 33,69 %, 98,80 % e 54,68 %, respetivamente

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 43,9 milhões de euros, que traduz um acréscimo de cerca de 0,99 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Componentes do Património Líquido	2022	2021	Δ 2022/2021
Património/Capital	15 602 093,69 €	15 602 093,69 €	0,00%
Reservas	1 024 535,35 €	1 017 589,53 €	0,68%
Resultados transitados	12 254 272,98 €	12 121 333,60 €	1,10%
Ajustamentos em ativos financeiros	- 2 046 940,20 €	- 2 150 168,54 €	-4,80%
Outras variações no património líquido	17 622 442,62 €	16 178 952,69 €	8,92%
Resultado líquido do período	- 561 780,69 €	138 916,49 €	-504,40%
Património Líquido Total	43 894 623,75 €	42 908 717,46 €	2,30%

Demonstração de Resultados

Para compreendermos a formação do resultado líquido, temos que ter em conta que parte da receita contabilizada na classe 7 não é canalizada para gastos correntes (custos do exercício), mas sim para investimentos, contabilizadas na classe 4. Só uma parte desta despesa de investimento é transferida anualmente para custos, por via das amortizações do exercício. Como a maioria da receita vai à classe 7 (proveitos), mas parte substancial da despesa vai à classe 4, é normalmente originado um resultado líquido positivo.

O resultado líquido cifrou-se no valor negativo de 561,8 mil euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, verificando-se uma diminuição face ao ano anterior na ordem dos 700,7 mil euros (resultados positivos de 138,9 mil euros em 2021).

Os rendimentos em 2022 foram de 9,23 milhões de euros para um nível de gastos de 9,79 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 11,18 % nos gastos e de 3,17 % nos rendimentos.

Efetuada uma análise aos gastos de 2022, podemos concluir que houve um aumento de 984 mil euros face a 2021.

Gastos	2022	2021	Δ 2022/2021
Transferências e Subsídios Concedidos	1 846 631,25 €	1 586 945,95 €	16,36%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	58 348,11 €	106 499,47 €	-45,21%
CMVMC	584 024,75 €	596 354,21 €	-2,07%
FSE	2 575 195,32 €	1 815 175,76 €	41,87%
Gastos com o pessoal	3 222 762,41 €	3 346 056,71 €	-3,68%
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	1 469 813,62 €	1 296 705,35 €	13,35%
Perdas por Imparidade	17 081,91 €	- €	
Provisões do Período	- €	- €	
Outros Gastos e Perdas	16 487,52 €	40 291,63 €	-59,08%
Ganhos e Perdas por Juros e outros Encargos	1 007,60 €	18 842,77 €	-94,65%
Total	9 791 352,49 €	8 806 871,85 €	11,18%




As transferências e subsídios correntes concedidos tiveram um aumento de 259,7 mil euros, comparativamente a 2021, e os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) sofreram um incremento de 41,87 % (760 mil euros).

Quanto aos rendimentos a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos representa o maior contributo com cerca de 75% dos rendimentos totais, tendo sofrido um aumento de 1.29% relativamente a 2021.

Rendimentos	2022	2021	Δ 2022/2021
Impostos, contribuições e taxas	953 603,90 €	835 538,84 €	14,13%
Vendas	280 661,45 €	206 151,07 €	36,14%
Prestações de serviços e concessões	562 963,96 €	522 420,89 €	7,76%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 939 568,70 €	6 851 438,65 €	1,29%
Provisões do Período	- €	13 867,78 €	-100,00%
Outros rendimentos	485 581,59 €	515 228,21 €	-5,75%
Juros e rendimentos similares obtidos	7 192,20 €	1 142,90 €	529,29%
Total	9 229 571,80 €	8 945 788,34 €	3,17%

Indicadores Económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamento de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstrações de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida discriminam-se os principais indicadores económico-financeiros:

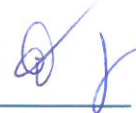




Indicadores	Rácio	2022	2021
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	95%	95%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	17,79	19,24
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	3,58	4,35
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário) / Passivo Corrente	3,52	4,27
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	3,16	3,84
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	-1,28%	0,32%

Da análise dos indicadores económico-financeiros destaca-se o seguinte:

- O rácio da Autonomia Financeira, que evidencia a parte do Ativo coberto pelo Património Líquido, tem um valor elevado, o que comprova uma reduzida dependência da autarquia face aos seus credores.
- O rácio da Solvabilidade, que mede a capacidade financeira global da autarquia poder solver melhor ou pior os seus compromissos, definindo o grau de dependência em relação aos credores, revela um valor muitíssimo aceitável;
- Os rácios da Liquidez apresentam um valor excelente, o que significa que o ativo corrente cobre na totalidade o passivo corrente.

Por estes indicadores, facilmente se conclui que o Município possui uma inegável robustez financeira, pelo que numa perspetiva de curto ou médio e longo prazo, pode-se afirmar que as questões de ordem financeira não comprometem a atividade futura.



Limites Legais

Limite de Endividamento

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - RFALEI) veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o da dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

- Artigo 52.º do RFALEI – Definição do limite de dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1.5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- O n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI – A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais;

No artigo 54.º do RFALEI referem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, que são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou de direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos sectores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-a/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimentos das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontrem em

situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º).

Tendo presente o teor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o limite da dívida total para o Município em 2022, é apurado do seguinte modo:

Receita Corrente Líquida 2019	Receita Corrente Líquida 2020	Receita Corrente Líquida 2021	Média (2019,2020,2021)	Limite (2021) = 1,5 * Média (2019,2020,2021)
7 634 926 €	8 132 242 €	8 419 762 €	8 062 310 €	12 093 465 €

Tendo presente o estipulado na referida lei, a dívida do Município cifra-se em 1.539.241,01 €.

Relativamente à dívida de outras entidades, que pode ser imputada ao Município, apresentam-se abaixo os seus montantes, de acordo com a informação por elas prestada:

ENTIDADE	%	Contribuição para a Dívida do Município
Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana	15,00%	144 265,65 €
Agência de Energia de Trás-os-Montes - AE-TM	6,66%	0,00 €
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	0,28%	0,00 €
Fundação Museu do Douro	0,58%	1 209,91 €
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	7,58%	561,49 €
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	0,60%	9,73 €
AIN - Agro-Industrial do Nordeste, SA	49,10%	0,00 €
ADEMO - Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Olivícolas Portugueses	6,77%	0,00 €
Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua - Associação ADRVT	10,10%	0,00 €
Águas do Norte, SA	0,08%	0,00 €
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%	4 569,02 €
Resíduos do Nordeste, EIM, SA	4,75%	0,00 €
DESTEQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente	7,14%	14 339,20 €
TOTAL		164 955,00 €

a) Considerada a dívida total com inclusão de dívida não-orçamental.

b) Foi feita a cobertura dos prejuízos - Cumprimento da regra de equilíbrio de contas prevista no artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

c) Esta entidade faz parte do sector empresarial do Estado, pelo que, não releva para o endividamento do Município, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

d) Esta entidade não contribui para o endividamento, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

e) Não prestou informação.

f) Não contribui para a dívida Municipal.

Face aos limites da dívida total impostos pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a conclusão a reter, quanto ao cumprimento do limite legal, é que o Município cumpriu integralmente o mesmo.



Proposta para Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do exercício, no montante de **-561.780,69 €**, tenha a seguinte aplicação:

- Conta 56.1 «Resultados Transitados»

CAPITULO III – *Reporting* de Atividades

Com o presente relatório de atividades, pretende-se informar os cidadãos sobre as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo Município em 2022.

UNIDADE ADMINISTRATIVA E QUALIDADE

A Unidade Orgânica (UO) Administrativa e Qualidade visa ser um Referencial de Qualidade ao nível da Administração Pública, e no Município de Vila Flor.

Essa qualidade deve reconhecer-se em todas as ações que implementa nos serviços administrativos do município, nos recursos humanos e no atendimento ao público, através das atividades que desenvolve nas diversas áreas da sua missão.

Procura sustentar a sua atividade num Modelo de Gestão, de Liderança e de Relacionamento Interpessoal amplamente motivadores para todos os colaboradores, orientados por Metodologias de Trabalho Eficientes, Produtivas e Recompensadoras.

A UO Pretende garantir o bom funcionamento dos serviços municipais, nomeadamente: a eficaz gestão integrada dos Recursos Humanos, Qualidade e Modernização Administrativa,



Atendimento ao Público e Apoio aos Órgãos Autárquicos, com o intuito de prestar sempre o melhor serviço ao munícipe/ cidadão.

Aplica-se nomeadamente na promoção da melhoria do atendimento ao munícipe, potenciando a implementação de procedimentos de gestão administrativa cada vez mais eficientes e eficazes. Pretende garantir os Direitos dos trabalhadores do Município sem deixar de alertar para os seus deveres enquanto prestadores de serviço público ao cidadão. Presta o apoio e assessoria aos órgãos autárquicos, numa perspetiva de melhoria dos serviços municipais, preservando sempre o cumprimento dos normativos legais essenciais a sua prestação enquanto servidores públicos.

As suas áreas de atividade principais desenvolvem-se nos seguintes setores:

1. Setor de qualidade
2. Subunidade Orgânica de Recursos Humanos
3. Secção de Expediente Geral
4. Setor de Apoio Administrativo às reuniões de Câmara e Oficial Público
5. Arquivo
6. Balcão Único de Atendimento

1- Setor de Qualidade

Durante o ano de 2022, foram realizadas uma auditoria interna e uma auditoria externa.

A auditoria interna decorreu em 14/07/2022, teve como objetivo verificar a implementação e aptidão/ eficácia do SGQ para cumprir os critérios da auditoria (Manual da qualidade; Procedimentos e Instruções de Trabalho; NP EN ISO:9001/2015) aplicados ao âmbito em avaliação (Prestação de serviços: licenças administrativas, excluindo as licenças de operações urbanísticas) e identificar as oportunidades de melhoria. A metodologia utilizada reverteu em entrevistas, verificação de práticas e análise de registos, procedimento e outros documentos.

A equipa auditora assinalou uma não conformidade e cinco oportunidades de melhoria conforme tabela que segue:

Nº	Classificação (NC/OM) ¹	Processo Requisito	Descrição
1	NC	9.1 PA.02 Informática	A EA constatou que os pedidos de intervenção solicitados, via telefone, não são registados. Desta forma o indicador "Tempo de resposta às ocorrências e pedidos de assistência à informática" não traduz a realidade das intervenções efetuadas.
2	OM	PA.02 Informática	A EA sugere que os pedidos de intervenção solicitados ao serviço de informática sejam subdivididos em: Prioridade "Alta"; Prioridade "Média" e Prioridade "Baixa" e que sejam todos contabilizados no Indicador. Recomenda ainda que a meta de 5 dias deverá ser revista uma vez que pela verificação do histórico do indicador, a média de dias de resolução é sempre de 1 dia.
3	OM	PA.04 Património	Foi evidenciada a existência de uma proposta de Revisão do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Câmara Municipal de Vila Flor, com data de 18 de junho de 2021. A EA recomenda que, esta versão seja aprovada com a maior brevidade, uma vez que este documento interno de cumprimento obrigatório é indispensável para o bom funcionamento do serviço.
4	OM	PA.04 Património	A EA sugere que o Serviço de Património elabore modelo de impresso "Auto de Transferência" e, que o mesmo seja difundido pelos diversos serviços municipais, para que seja minimizado o risco associado à transferência de bens.
5	OM	PA.01 Recursos Humanos	Não obstante, de a organização identificar determinados riscos nomeadamente no PA.01 Recursos Humanos, a mesma não os evidencia no suporte documental (Por exemplo: desinteresse de alguns colaboradores para participação em ações de formação), o que limita a avaliação de desempenho do Processo, pelo que sugere-se a revisão de riscos por forma a obtermos uma melhor perceção do processo.
6	OM	PO.01 – Licenças Administrativas	A EA sugere que sejam incluídos na ficha do processo PO.01 – Licenças Administrativas todos os regulamentos internos.

Relativamente à Auditoria Externa, referir que foi realizada em 02/08/2022, tendo o âmbito da certificação recaído sobre "Prestação de Serviços de Licenças Administrativas", tendo por base o referencial normativo NP EN ISO:9001/2015.

Os objetivos da Auditoria foram avaliar a conformidade e eficácia do sistema com os critérios da auditoria; Avaliar a eficácia do sistema de forma a garantir o cumprimento dos requisitos regulamentares, estatutários, legais e contratuais aplicáveis às atividades das organizações (identificação, controlo e verificação da conformidade); Avaliar a eficácia do sistema de forma a garantir o cumprimento contínuo com os objetivos definidos e um julgamento da capacidade da organização para providenciar de forma sistemática um produto e/ou um serviço de acordo com os requisitos aplicáveis; Identificar potenciais áreas de melhoria no sistema da organização;

A auditoria foi realizada por amostragem e não foram identificadas nenhuma "não conformidades", no entanto foram apresentadas as seguintes "Oportunidades de Melhoria" do Sistema:

1 – No âmbito do PA02 – Tecnologias de informação – recomendação para que a organização crie mecanismos associados a regras e prioridades na resolução dos pedidos de intervenção apenas para os provenientes da plataforma informática interna;

2 – Sugestão para que seja sistematizada a aplicação prevista da metodologia de avaliação da satisfação dos colaboradores na sequência da resolução dos pedidos de intervenção no âmbito do PA02 – Tecnologias de informação;

- 3 – Recomendação para que seja avaliada a abrangência da avaliação de fornecedores de serviços associado às atividades do âmbito do sistema;
- 4 – Recomendação para a clarificação dos recursos associados aos objetivos e indicadores;
- 5 – Recomendação para que seja clarificada a Tabela de controlo dos registos no que se refere aos registos de origem externa,
- 6 – Recomendação para que seja melhorado o planeamento e registo do processo de higienização e limpeza no balcão único.

2- Subunidade orgânica de Recursos Humanos

O Quadro que segue evidencia resultado dos indicadores monitorizados nos recursos humanos:

RECURSOS HUMANOS			
2022			
N.º	Descrição da Atividade	Execução/R resultado	Observações
1	Nº de Recrutamentos de Prestação de Serviços em regime de avença	9	
2	Nº de Procedimentos Concurais em curso	8	Para admissão de 2 assistentes técnicos; 19 assistentes operacionais; 1 técnico superior
3	Nº de Saídas	25	18 Por caducidade; 2 Por exoneração; 1 Por morte; 4 outros.
4	PEPAL - em funções	2	
5	Estágio Curricular	3	
6	Nº Trabalhadores em Teletrabalho	2	
7	Nº de Eleitos em funções	3	Presidente; Vice-Presidente; Vereador
8	Nº de Nomeações – Gabinete de Apoio à Presidência	3	Chefe de Gabinete; Adjunto; Secretária
9	Nº por Categoria – Informáticos	3	
10	Nº por Categoria – Dirigentes Intermédios	5	
11	Nº por Categoria – Técnicos Superiores	24	
12	Nº por Categoria – Assistentes Técnicos	25	
13	Nº por Categoria – Assistentes Operacionais	88	
14	Nº por Categoria – Fiscal Municipal	1	
15	Nº total de trabalhadores em funções Públicas	151	

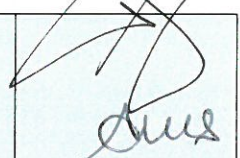
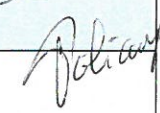
1- Secção de Expediente Geral

Em 2022 foram celebrados os seguintes protocolos com o Município:

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022



TIPO	ENTIDADES SIGNATÁRIAS	DATA DE CELEBRAÇÃO	DATA DE INÍCIO DO PROTOCOLO	DATA DE TERMINO DO PROTOCOLO	VERBA ASSOCIADA QUANDO APLICÁVEL	INFORMAÇÃO ADICIONAL	VALOR GLOBAL PREVISTO/PROGRAMA
PROTOCOLO	SILVIDOURO – ASSOCIAÇÃO AGROFLORESTAL E MUNICIPIO DE VILA FLOR	20/10/2022	01/01/2022	31/12/2021			<i>duz</i> <i>de cinco</i>
PROTOCOLO	ESCOLA PROFISSIONAL DE TRANCOSO E MUNICIPIO DE VILA FLOR	07/02/2022	07/02/2022	07/04/2022		COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DA FORMAÇÃO PRÁTICA DO CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE GESTÃO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS (NIVEL IV)	
PROTOCOLO - ADITAMENTO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE VILA FLOR, DESTEQUE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE E MUNICIPIO DE VILA FLOR	26/08/2022		26/08/2022	€225.000,00 (DUZENTOS E VINTE E CINCO MIL EUROS) + IVA	ADITAMENTO AO PROTOCOLO EXPOVILA 1.0 PARA INCLUIR O IVA	
PROTOCOLO	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL E CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR	02/03/2022				PROJETO GIRAVOLEI.	
CONTRATO PROGRAMMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	VILA FLOR SPORT CLUBE E MUNICIPIO DE VILA FLOR	28/07/2022	A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO	31/12/2022	€30.000,00 (TRINTA MIL EUROS)	PAGAMENTO EFETUADO EM 4 TRANCHE DE €7.500,00 (TRIMESTRAL)	
PROTOCOLO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE VILA FLOR, DESTEQUE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE E MUNICIPIO DE VILA FLOR	02/06/2022			€225.000,00 (DUZENTOS E VINTE E CINCO MIL EUROS)	EXPO VILA 1.0	
PROTOCOLO	MUNICIPIO DE ALFANDEGA DA FÉ; MUNICIPIO DE BRAGANÇA; MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS; MUNICIPIO DE MIRANDELA; MUNICIPIO DE MIRANDA DO DOURO; MUNICIPIO DE MOGADOURO; MUNICIPIO DE VILA FLOR; MUNICIPIO DE VIMIOSO; MUNICIPIO DE VINHEIS;	15/06/2022			PREÇO REPARTIDO ENTRE OS MEMBROS EN FUNÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE NERGIA QUE CADA UM DECIDIU CONTRATAR	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA E GÁS NATURAL PARA AS INSTALAÇÕES DOS MUNICIPIOS DA CIMM-TTM	

	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA							
PROTOCOLO	CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR/AGRUPAMENTO ESCOLAS MIRANDELA	29/07/2022		DURAÇÃO DO PROJETO			COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO CENTRO TECNOLÓGICO ESPECIALIZADO	
PROTOCOLO	CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR E ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES PECUÁRIOS DOS CONCELHOS DE CARRAZEDA DE ANSIÃES E VILA FLOR	17/02/2022	01/01/2022	31/12/2022	€12.000,00 (DOZE MIL EUROS)		SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO – PAGAMENTO DE 2 TRANCHES SEMASTRAIS DE €6.000,00 (SEIS MIL EUROS)	
CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	MUNICÍPIO DE VILA FLOR E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA FLOR	24/03/2022	01/04/2022		€156.694,33 (CENTO E CONQUENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E NOVENTA E QUATRO EUROS E TRINTA E TRÊS CÊNTIMOS)		DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO -	
PROTOCOLO	MUNICÍPIO DE VILA FLOR E A COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO	02/03/2022	02/03/2022	POR QUATRO ANOS SUCESSIVOS			PROMOÇÃO, EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE MEDIDAS E AÇÕES – ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO 2018-2030	
PROTOCOLO	MUNICÍPIO DE VILA FLOR E ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA DE VALTORNO	22/08/2022	01/01/2022	31/12/2022	€5.000,00 (CINCO MIL EUROS)			
CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	MUNICÍPIO DE VILA FLOR E FUTEBOL CLUBE LEÃO NEGRO	28/06/2022	DATA DE PUBLICAÇÃO	31/12/2022	€40.000,00 (QUARENTA MIL EUROS)		PAGAMENTO EM 2 TRANCHES DE €20.000,00	
PROTOCOLO	MUNICÍPIO DE VILA FLOR E RANCHO FOLCLÓRICO DE FREIXIEL	23/06/2022	01/01/2022	31/12/2022	€10.000,00 (DEZ MIL EUROS)			



PROTOCOLO	MUNICIPIO DE VILA FLOR E ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE SAMÕES	16/05/2022	01/01/2022	31/12/2022	€8.000,00 (OITO MIL EUROS)	PAGAMENTO EM 2 TRANCHES DE €4.000,00	<i>[Handwritten signature]</i>
PROTOCOLO	MUNICIPIO DE VILA FLOR E ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE VILA FLOR	03/05/2022	01/01/2022	31/12/2022	€20.000,00 (VINTE MIL EUROS)		<i>[Handwritten signature]</i>
PROTOCOLO	MUNICIPIO DE VILA FLOR E CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. BARTOLOMEU	02/05/2022	DATA DE PUBLICAÇÃO	31/12/2022	€25.000,00 (VINTE E CINCO MIL EUROS)		
PROTOCOLO	MUNICIPIO DE VILA FLOR E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA FLOR	15/03/2022		1/12/2022	€3.000,00 (TRÊS MIL EUROS)		

2- Setor de Apoio Administrativo às reuniões de Câmara e Oficial Público

Realizaram-se 28 reuniões de Câmara Municipal e foram reduzidos a escritos 74 contratos no âmbito do Código dos Contratos Públicos.

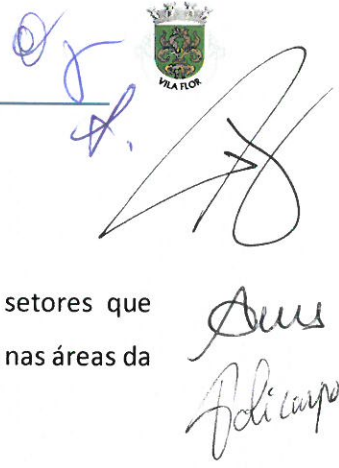
3- Arquivo

Aguarda a oportunidade para a abertura de procedimento concursal para recrutamento de um posto de trabalho de técnico superior na área de arquivo, previsto e não ocupado no mapa de pessoal.

4- Balcão único de Atendimento

Segue tabela com registos apurados na monitorização dos indicadores relativos ao atendimento e prestação de serviço ao munícipe:

BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO			
2022			
N.º	Descrição da Atividade	Execução/Resultado	Observações
	Nº de Atendimentos	5038	
	Reclamações	4	3 SOBRE SERVIÇO DA PISCINA MUNICIPAL DESCOBERTA 1 SOBRE A PAGINA DO MUNICIPIO



UNIDADE SOCIAL, DESPORTO E CULTURA

Com o intuito de reportar as atividades desenvolvidas no âmbito dos vários setores que integram a Unidade Orgânica de Atividades Sociais, passamos a elencar os mesmos nas áreas da educação, ação social, cultura, turismo e desporto.

EDUCAÇÃO

O setor de educação, no ano em causa, até setembro de 2022, desenvolveu diversas atividades, das quais destacamos:

- Afetação de pessoal não docente, assistentes operacionais, assistentes técnicos;
- Investimento com a remodelação, requalificação e manutenção de edifícios;
- Ação social escolar:
 - Refeições servidas gratuitamente aos alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico no total de 20.137 refeições;
 - Atribuição de vouchers para aquisição de cadernos de atividades a todos os alunos do Agrupamento de escolas do 1º ao 12º ano, no total de 25.093,74€;
 - Atribuição de transporte escolar gratuito a todos os alunos deslocados de todos os níveis de ensino;
 - Atribuição de transporte gratuito a todos os alunos residentes fora da sede de concelho, para realização de exames do ensino secundário;

CULTURA

Em 2022, o Município de Vila Flor desenvolveu as seguintes atividades:

- Celebração de protocolos com as Associações Culturais e recreativas do concelho, e tramitação de processos de candidaturas a apoios ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;
- Promoção de iniciativas destinadas a fomentar os hábitos de leitura e a facilitar o acesso à Biblioteca Municipal;

DESPORTO

Durante o ano, até novembro 2022, e relativamente á área do desporto:

- Apoio ao associativismo, em que destacamos a celebração de contratos programa com associações desportivas e tramitação de processos de candidaturas a apoios ao abrigo do Regulamento Municipal de apoio ao associativismo;
- Atividades desenvolvidas pelo Centro de Formação do Município de Gira vôlei;
- Desenvolvimento regular de ações de Atividade Física para adultos;

AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

A intervenção da Câmara Municipal de Vila Flor em matéria de ação social, no ano de 2022, desenvolveram-se inúmeras ações no âmbito social, sempre de forma integrada e sustentável através de uma ação em rede, com vista à construção de uma comunidade coesa e inclusiva, que exerça o mais possível uma cidadania ativa. Foram disponibilizados à população:

- Acompanhamentos psicossociais a indivíduos/famílias presenciais e à distância;
- Apoio e acompanhamento através na resolução de situações de reintegração da sua comunidade de origem;
- Apoio e acompanhamento a situações de particular fragilidade social e económica de indivíduos ou famílias, promovendo respostas para as situações problema apresentados;
- Continuidade ao plano de resposta de emergência social específica para situações identificadas de particular fragilidade social;
- Continuidade aos procedimentos necessários da Estratégia Local de Habitação;
- Apoios específicos com respostas de complementares e promotoras de melhores condições de acesso a cuidados de saúde gerais e especializados.
- Apoios para beneficiação de habitação própria permanente a famílias em situação de fragilidade económica.



UNIDADE URBANISMO E OBRAS

Relativamente à Unidade Orgânica de Urbanismo e Obras, destacam-se as seguintes atividades:

1 – ESCOLA BÁSICA DR ARTUR PIMENTEL - VILA FLOR

A empreitada foi rececionada provisoriamente a 09 de novembro de 2020. Em 26 de outubro de 2021 foi elaborado um auto para efeitos de libertação de garantias. Foram efetuadas reparações ao nível das impermeabilizações no Infantário e continua-se a efetuar as correções necessárias ao nível do aquecimento.

2 – REDE PEDONAL E CICLÁVEL – VILA FLOR – SEIXO DE MANHOSES – SAMÕES - VILA FLOR

A empreitada encontra-se concluída. É necessário proceder a correções pelo adjudicatário.

3 – RECONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRO DE ARTE GRAÇA MORAIS – ENCONTRO DAS ARTES – GRAÇA MORAIS

A empreitada encontra-se concluída. Foram efetuadas as ligações definitivas de eletricidade e gás e foi realizada vistoria para efeitos de receção provisória.

4 – QUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA DA REPÚBLICA

A empreitada encontra-se concluída. Foram dadas indicações ao adjudicatário para proceder a correções, nomeadamente na pendente de águas pluviais e substituição de pedras que estão partidas.

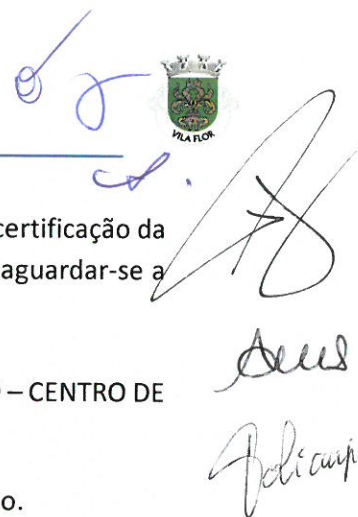
5 – INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS COM VISTA À RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES DE TRATAMENTO INADEQUADO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: REMODELAÇÃO SAR – ARCO, BENLHEVAI, FREIXIEL, MOURÃO, SAMPAIO, SANTA COMBA DA VILARIÇA I, SANTA COMBA DA VILARIÇA II, SEIXO DE MANHOSES I, SEIXO DE MANHOSES II, VALTORNO, VIEIRO, VILAS BOAS

A empreitada encontra-se concluída. Falta efetuar o arranque com ligação de linha GSM, e os ensaios e testes às sondas que garantam o integral funcionamento.

6 – COMPLEXO TURÍSTICO DO PENEIREIRO – PISCINAS E ZONA DE LAZER

A empreitada encontra-se concluída. Foram dadas indicações ao adjudicatário para proceder a correções, nomeadamente a infiltrações na casa das máquinas.

7 – ARRANJOS URBANÍSTICOS E DE LARGOS NO CONCELHO – VILA FLOR



A empreitada encontra-se concluída. Foi enviada pelo adjudicatário a entrega da certificação da instalação para se proceder ao pedido de ligação definitiva de eletricidade. Está aguardar-se a instalação do contador pela E-Redes.

8 – RECUPERAÇÃO FUNCIONAL DAS ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CONCELHO – CENTRO DE VALORIZAÇÃO DE RECURSOS – ALAGOA

A empreitada encontra-se concluída. É necessário repor o sistema de aquecimento.

9 – EDIFÍCIO MULTIUSOS DE SEIXO DE MANHOSES – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS

A empreitada encontra-se concluída em fase de retificações de acabamentos.

10 – CASA MORTUÁRIA DE SEIXO DE MANHOSES

A empreitada encontra-se na fase de retificações e acabamentos.

11- CONCURSO PÚBLICO – CENTRO DE VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA E PATRIMÓNIO DE ASSARES – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ASSARES (INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS

Foi elaborado Novo Procedimento com Preço Base de 240 902,80€ (Duzentos e quarenta mil, novecentos e dois euros e oitenta cêntimos) + IVA em virtude do anterior ter ficado deserto. A empreitada foi adjudicada à empresa Antero Alves de Paiva que apresentou a proposta mais vantajosa no valor de 234 116,31€ (Duzentos e trinta e quatro mil, cento e dezasseis euros e trinta e um cêntimo) + IVA. Foi aprovado o Plano de Segurança e Saúde e enviada a Comunicação Prévia de abertura de estaleiro para o ACT. A empreitada encontra-se a decorrer.

12 – CONCURSO PÚBLICO – BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS DE VILA FLOR

Foi elaborado Novo Procedimento com Preço Base – 624 554,71€ (Seiscentos e vinte e quatro euros, quinhentos e cinquenta e quatro euros e setenta e um cêntimo) + IVA em virtude do anterior ter ficado deserto. A empreitada foi adjudicada à empresa Antero Alves de Paiva que apresentou a proposta mais vantajosa no valor de 593 694,65€ (Quinhentos e noventa e três mil, seiscentos e noventa e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos) + IVA. Foi aprovado o Plano de Segurança e Saúde e enviada a Comunicação Prévia de abertura de estaleiro para o ACT. A empreitada encontra-se a decorrer.

13 - CONCURSO PÚBLICO – ABASTECIMENTO DE ÁGUA A PARTIR DO SUB-SISTEMA DE SAMBADE ÀS FREGUESIAS DE TRINDADE (VALBOM E MACEDINHO) BENLHEVAI E VALE FRECHOSO (CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA) LOTE 1,2 E 3

Foi elaborado procedimento de Concurso Público com Preço Base – 1 250 831,18€ (Um milhão, duzentos e cinquenta mil, oitocentos e trinta e um euros e dezoito cêntimos) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa CAPSFIL S.A. que apresentou a proposta mais vantajosa no valor de 1 059 538,97 € (Um milhão, cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito euros e

noventa e sete cêntimos) + IVA - Lote 1, 2 e 3 respetivamente 462 129,37€, 213 420,35€ e 383 989,25€. A documentação foi enviada para o Tribunal de Contas, obteve-se o Visto na data de 11/08/2022, foi Consignada em 16/08/2022 e a empreitada encontra-se a decorrer.

14 – CONCURSO PÚBLICO – ZONA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE VILA FLOR /SAMÕES

Foi elaborado procedimento de Concurso Público com Preço Base – 1 521 857,71€ (Um milhão, quinhentos e vinte e um euros, oitocentos e cinquenta e sete euros e setenta e um cêntimo) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa CAPSFIL S.A. que apresentou a proposta mais vantajosa no valor de 1 351 368, 17 € (Um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e oito euros e dezassete cêntimos) + IVA. A documentação foi enviada para o Tribunal de Contas obteve-se o Visto na data de 16/08/2022, foi Consignada em 19/08/2022 e a empreitada encontra-se a decorrer.

15 - CONCURSO PÚBLICO – REMODELAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB2,3/S DE VILA FLOR

Foi elaborado Novo Procedimento com Preço Base de 783 312,85 € (Setecentos e oitenta e três mil, trezentos e doze euros e oitenta e cinco cêntimos) + IVA em virtude do anterior ter ficado deserto. A empreitada foi adjudicada à empresa Ferreira e Bebiano Lda. no valor de 779 950,47€ (Setecentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta euros e quarenta e sete cêntimos) + IVA. Foi enviada a documentação para o Tribunal de Contas e obteve-se o visto em 24/11/2022. Vai ser analisado o PSS para ser aprovado e iniciar a empreitada.

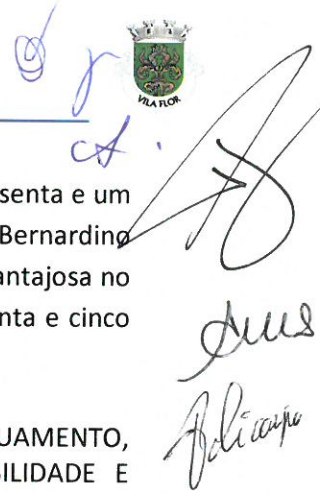
16 – CONSULTA PRÉVIA – QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO – ARRUAMENTOS, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA – ARCO

Foi elaborado Novo Procedimento com Preço Base de 37 623,00€. (Trinta e sete mil, seiscentos e vinte e três euros) + IVA em virtude do anterior ter ficado deserto. A empreitada foi adjudicada à empresa Habituela Lda. que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 37 210,10€ (Trinta e sete mil, duzentos e dez euros e dez cêntimos) + IVA. A empreitada encontra-se concluída.

17 - CONSULTA PRÉVIA – QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO – ARRUAMENTO, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA – BENLHEVAI

Foi elaborado procedimento de consulta prévia com Preço Base de 39 775,00€ (Trinta e nove mil, setecentos e setenta e cinco euros) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa Bernardino Manuel Pereira e Pereira Lda., que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 39 650,00€ (Trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta euros) + IVA. Foi elaborado o Contrato e a empreitada vai ser iniciada brevemente.

18 – CONSULTA PRÉVIA – QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO – ARRUAMENTO, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA – CANDOSO



Foi elaborado procedimento de Consulta Prévia com Preço Base de 61 675,00€ (Sessenta e um mil, seiscientos e setenta e cinco euros) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa Bernardino Manuel Pereira e Pereira Lda., que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 61 593,75€ (Sessenta e um mil, quinhentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos) + IVA. A empreitada encontra-se concluída.

19 - CONSULTA PRÉVIA – QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO – ARRUAMENTO, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA – FREIXIEL

O concurso ficou deserto. Está a ser elaborado o projeto para Novo Procedimento.

20 - CONSULTA PRÉVIA – QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO – ARRUAMENTO, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA – SANTA COMBA DA VILARIÇA

Foi elaborado Novo Procedimento com Preço Base de 69 237,50€ + IVA em virtude do anterior ter ficado deserto e apresentou proposta a empresa Habituela Lda., no valor de 69 137,50€ (Sessenta e nove mil, cento e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) + IVA. Foi elaborado Relatório Final e adjudicada. Foi elaborado o Contrato. A empreitada vai ser iniciada brevemente.

21 - CONSULTA PRÉVIA – QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO – ARRUAMENTO, ACESSOS, PASSEIOS E ÁREAS ENVOLVENTES INCLUINDO MELHORIA DA MOBILIDADE E SEGURANÇA – ROIOS

Foi elaborado Novo Procedimento com Preço Base de 46 750,00€ (Quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta euros + IVA em virtude do anterior ter ficado deserto. A empreitada foi adjudicada à empresa Habituela Lda. que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 46 568,90€ (Quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta e oito euros e noventa cêntimos) + IVA. Foi elaborado o Contrato. A empreitada encontra-se em execução.

22- BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO RURAL – NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS – VILARINHO DAS AZENHAS

Foi elaborado procedimento de Consulta Prévia com Preço Base de 59 850,00€ (Cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta euros) + IVA. A empreitada foi adjudicada à empresa Bernardino Manuel Pereira e Pereira Lda., que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 59 600,00€ (Cinquenta e nove mil e seiscientos euros) + IVA. Foi elaborado o contrato. A empreitada encontra-se em execução.

23- CONCURSO PÚBLICO – CICLO URBANO DE ÁGUA – SISTEMA AGREGADO (POSEUR) RIBEIRINHA E VILARINHO DAS AZENHAS

Foi elaborado procedimento de Concurso Público com Preço Base de 598 650,40€ (Quinhentos e noventa e oito mil, seiscientos e cinquenta euros e quarenta cêntimos) + IVA e apresentou proposta a empresa CAPSFIL S.A. no valor de 597 158,87€ (Quinhentos e noventa e sete mil,

cento e cinquenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos) + IVA. Foi elaborado o Contrato, enviou-se a documentação para o Tribunal de Contas e obteve-se a decisão do visto em 30/11/2022. O PSS vai ser entregue pelo adjudicatário a fim de ser analisado e aprovado para se iniciar a empreitada.

24- CONCURSO PÚBLICO – ABASTECIMENTO DE ÁGUA A PARTIR DO SUB-SISTEMA DO PENEIREIRO A MEIRELES E VIEIRO- LOTE 1 E 2

Foi elaborado procedimento de Concurso Público com Preço Base de 491 236,52€ (Quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e trinta e seis euros e cinquenta e dois cêntimos) + IVA. A proposta economicamente mais vantajosa foi apresentada pela empresa Gualdim Ansiães Amado & Filhos S.A. no valor de Lote 1 – 178 751,18€ + IVA e Lote 2 – 289 239,10€ + IVA. O montante do Lote 1 e Lote 2 perfaz um total de 467 990,28€ (Quatrocentos e sessenta e sete mil, novecentos e noventa euros e vinte e oito cêntimos) + IVA. Foi elaborado o Relatório Final e Contrato. Está a ser preparada a documentação para o envio ao Tribunal de Contas.

25- CONSULTA PRÉVIA – CONSTRUÇÃO DE ARRUAMENTOS INCLUINDO RECONSTRUÇÃO DE MUROS NO CONCELHO – LODÕES

Foi elaborado Novo Procedimento de Consulta Prévia com um Preço Base de 64 325,00€ (Sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco euros) + IVA, em virtude do anterior ter ficado deserto. A empreitada foi adjudicada à empresa Amo a Minha Casa (AMC Grupo Engenharia e Construção) pelo valor de 57 792,50 € (Cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos) + IVA. Foi elaborado o Contrato. A empreitada encontra-se em execução.

Considerações Finais

Contexto socioeconómico europeu

Considerando os tempos de incerteza que se vivem no mundo e em especial na Europa com o eclodir da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e o abrandamento do crescimento económico e um aumento significativo dos preços de algumas matérias-primas, nomeadamente combustíveis e cereais, que poderá culminar num cenário de recessão económica. Assim, neste cenário será espetável que em 2023 e nos anos seguintes, as autarquias venham a desempenhar um papel fundamental, dada a proximidade com os cidadãos, no apoio aos mais afetados, inclusivamente ao próprio tecido empresarial local.